

**ANEXO 01 - MINUTA DO CONTRATO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 - PROCESSO Nº 014/2022****CONTRATANTE:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO - **SAAEC****CONTRATADA:** (empresa vencedora do certame)

Pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de Contratante, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha - S.A.A.E.C., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.797.752/0001-01, com sede na Rua Augusto Dorighello nº 320 – Jardim Esplanada, neste ato representada por seu Superintendente, o Sr. \_\_\_\_\_, (dados pessoais) portador do RG. nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF. nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **SAAEC**, e, de outro lado, na qualidade de Contratada, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG. Nº \_\_\_\_\_, e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_(endereço), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a contratação de serviços continuados de fornecimento e administração de cartão alimentação, nos termos do edital e seus anexos, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão alimentação, na forma de cartões eletrônicos, preferencialmente com chip de segurança, destinados aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha - SAAEC, para uso em estabelecimentos credenciados, como meio de pagamento de alimentação, conforme Lei Municipal nº 2.946/2010 e condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que não conflitar com o regime estatutário e natureza de autarquia municipal da Contratante, as normas gerais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Decreto Federal nº 10.854/2021), obedecidas as disposições deste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência – Anexo 07.

**1.2** A quantidade estimada de cartões alimentação é de 130 (cento e trinta), referente ao número de beneficiários ativos, podendo o número sofrer alteração para mais ou para menos de acordo com a movimentação de servidores/beneficiários nos quadros do SAAEC.

**1.3** O valor do benefício mensal individual vigente é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por servidor/beneficiário, podendo referido valor sofrer alteração em decorrência da superveniência de legislação municipal posterior à assinatura do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1** A vigência deste contrato será de **12 (DOZE) MESES** a contar da data de sua assinatura, respeitadas as determinações do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

**2.2** Será admitida a prorrogação deste instrumento na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, ou seja, “por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60(sessenta) meses”.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS**

**3.1** O preço do objeto contratual são os constantes na **Proposta de Preços** devidamente preenchida pela **CONTRATADA** desconsideradas previsões que extrapolem as disposições do edital, observado o valor final da Ata de Pregão após a fase de lances e negociações.

3.2 Nos valores indicados na referida proposta e sua planilha já estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, tais como, preposto/representante para contato direto, emissão de cartões, credenciamento de estabelecimentos, sistema de autogestão, aplicativo para os beneficiários, reemissão de cartões sem qualquer custo independentemente do motivo, dentre outros.

3.3 O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável, durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

3.4 - Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado em estrita observância à previsão contida no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/1993, especialmente com demonstração concreta dos fatos que sobrevieram ao contrato e das suas consequências, comprovado documentalmente com notas fiscais comparativas entre a data da apresentação da proposta e a data do pedido de reequilíbrio.

3.4.1 - Serão indeferidos pedidos fundamentados em "pandemia", bem como na alta de preços em virtude da COVID-19, de guerra externa (Rússia x Ucrânia) ou inflação, pois são situações que se referem a cenários já consolidados e/ou absolutamente previsíveis na data deste certame, não caracterizando motivo superveniente, força maior ou caso fortuito.

## CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO E ORIGEM DOS RECURSOS

4.1 O valor global do presente contrato, de acordo com o preço constante na **Proposta de Preços** apresentada pela **CONTRATADA** e conforme Ata do Pregão após a fase de negociação é de R\$ \_\_\_\_\_, já incluída a taxa de administração fixa e irrevogável de \_\_\_\_\_.

4.2 Os recursos disponíveis para a contratação do objeto do presente instrumento estão identificados pela dotação Orçamentária: **03.01.01 – Administração – 17.512.0009.2004 – Manutenção do Setor - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 08.**

## CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser implantados e executados na forma e prazos previstos no Termo de Referência (Anexo 07 do Edital), sendo que na hipótese de superveniência de situação nele não prevista serão consideradas as soluções que melhor atendam aos interesses dos servidores/beneficiários e que imponham menores ônus ao SAAEC, devendo a Contratada zelar pela boa qualidade na execução.

5.2 Não haverá reajuste de taxa de administração, ainda que o contrato seja prorrogado.

5.3 Constatadas irregularidades na entrega do objeto contratual, o SAAEC poderá:

- a) rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis e contratação de nova licitante, observada a ordem de classificação;
- b) na hipótese de substituição/adequação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da notificação; não sendo possível a observância deste prazo em virtude da necessidade de creditamento do benefício no último dia útil do mês, a Contratada deverá substituir/adequar o objeto rejeitado até o prazo limite para creditamento do benefício alimentação.

5.4 O recebimento provisório e definitivo do serviço ocorrerá da seguinte forma:

5.4.1 O recebimento provisório será realizado pelo gestor do contrato, com o término do prazo de implantação (30 dias da assinatura do contrato), ou em data antecipada se a implantação for concretizada antes do prazo estimado.

5.4.2 O recebimento definitivo será realizado por comissão composta dos servidores LIDIANA MARIA CARDANA DA SILVA, registro funcional nº 227, e FELIPE AUGUSTO FERREIRA, registro

funcional nº 112, com a verificação de funcionamento e conformidade do sistema com os termos contratuais e anexos do edital, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório.

**5.4.3** Na ausência de qualquer servidor aqui nomeado, este poderá ser substituído por servidor efetivo do SAAEC, mediante designação de um dos servidores que integre a comissão do item 5.4.2.

**5.4.4** O recebimento definitivo não afasta todas as obrigações contidas no Termo de Referência, especialmente as adequações no sistema de autogestão e a solução de instabilidades técnicas, que deverão ser realizadas em 05 (cinco) dias úteis.

## **CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6.1** – O faturamento dependerá do atendimento do seguinte procedimento:

**6.1.1** Mensalmente a CONTRATANTE, por intermédio do Encarregado do Departamento de Pessoal e antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data de creditamento do benefício (último dia útil do mês), gerará, no sistema de autogestão da CONTRATADA, pedido/relatório com os servidores e valores individual e total do benefício alimentação. O sistema deverá gerar protocolo do recebimento do pedido/relatório pela CONTRATADA.

**6.1.2** A CONTRATADA deverá realizar o creditamento dos benefícios nos cartões alimentação dos servidores/beneficiários, de acordo com as informações do pedido/relatório, até o último dia útil de cada mês.

**6.1.3** Dentro de 02 (dois) dias úteis seguintes ao creditamento a CONTRATADA gerará nota fiscal e boleto para pagamento, observando os valores creditados e a taxa de administração aplicada (já incluídos no preço total todos os custos, diretos e indiretos, e tributos), com data de validade que observe o prazo de 10 (dez) dias para pagamento.

**6.1.4** A nota fiscal e o boleto emitido deverão estar disponibilizados no sistema de autogestão imediatamente à geração, bem como ser encaminhados pela CONTRATADA ao Almoxarifado do SAAEC no e-mail [almoxarifado@saaec.com.br](mailto:almoxarifado@saaec.com.br).

**6.1.5** De posse da nota fiscal e do boleto o responsável pelo Almoxarifado do SAAEC fará a conferência dos documentos, dará entrada nos sistemas internos do SAAEC e encaminhará para verificação e assinaturas dos responsáveis pelo recebimento do serviço no SAAEC.

**6.1.6** Caso seja identificado alguma incorreção na nota fiscal ou no boleto, o Departamento de Pessoal do SAAEC solicitará diretamente ao preposto/representante da CONTRATADA a retificação, reiniciando-se o prazo para pagamento/vencimento após a entrega dos novos documentos corrigidos.

**6.1.7** Atestado o recebimento dos serviços e a regularidade dos documentos, o boleto será encaminhado para pagamento.

**6.2** O SAAEC efetuará os pagamentos à CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de aprovação da nota fiscal/fatura pelo SAAEC, sendo registrado o referido apontamento no seu verso.

**6.3** Os pagamentos serão efetuados mensalmente, diretamente em conta corrente da CONTRATADA, em conformidade com os serviços executados, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura.

**6.4** A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente junto ao órgão Contratante.

**6.5** Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal ficará interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.

**6.6** O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

**6.7** Caso ocorra atraso no pagamento por culpa exclusiva do SAAEC, o índice de atualização financeira a ser aplicado será o IPC (FIPE).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

7.1 Nos termos do artigo 56, e parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada deverá depositar no ato da assinatura do Contrato, na Tesouraria do SAAEC, a título de garantia do perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual e terá seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato, em caução em dinheiro, ou fiança bancária, ou seguro garantia, ou Títulos da Dívida Pública, à opção do contratado, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.2 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

7.3 O prazo de vigência da caução a ser depositada deverá corresponder, no mínimo, ao prazo de execução dos serviços e deverá ser prorrogado até o recebimento definitivo dos serviços e/ou término da vigência contratual, o que ocorrer por último.

7.4 Caso ocorra vencimento da garantia prestada antes do recebimento definitivo dos serviços e/ou término da vigência do contrato, a empresa vencedora deverá providenciar a sua renovação em tempo hábil, sob pena de violação contratual e incidência das penalidades contratuais ou, se o caso, rescisão do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Em cumprimento às suas obrigações contratuais, cabe à **CONTRATADA**:

8.1 Cumprir as obrigações e responsabilidades previstas neste contrato, no edital, seus anexos e, principalmente, no Termo de Referência (Anexo 07 do Edital), sempre zelando pela boa qualidade do serviço.

8.2 Emitir a Nota Fiscal/Fatura do serviço prestado, contendo o número da conta corrente, agência e banco, para a qual será efetuado o pagamento.

8.3 A Empresa Contratada terá sob sua responsabilidade todos os encargos trabalhistas e previdenciários, relativos a seus funcionários, como também comerciais, fiscais e tributários incidentes sobre o fornecimento, objeto da presente avença, bem como, todos os emolumentos e despesas legais decorrentes da entrega dos cartões.

8.4 A Contratada deverá proceder ao ajuste do valor do cartão alimentação em cumprimento à legislação municipal superveniente que altere esse valor, na forma do artigo 65, §5º, da Lei nº 8.666/1993.

8.5 A vencedora do certame se responsabiliza de forma única e exclusiva por danos e prejuízos decorrentes de acidentes do trabalho ou de qualquer natureza causados aos seus prepostos, ao SAAEC, seus servidores, a terceiros, ao patrimônio público ou particular e ao meio ambiente, decorrentes de culpa ou dolo, eventualmente ocorridos durante o fornecimento, transporte ou entrega do objeto, correndo às duas expensas, sem qualquer ônus para o SAAEC, ressarcimentos e/ou indenizações que tais danos/prejuízos possam causar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo SAAEC.

8.6 As responsabilidades aqui previstas e aquelas decorrentes de penalidades aplicadas à Contratada serão solidárias entre Contratada e respectivo(s) sócio(s).

8.7 A vencedora do certame deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, observado o artigo 65, §1º e §2º, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO SAAEC**

Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do **SAAEC**:

9.1 Cumprir com as obrigações previstas no Termo de Referência e fiscalizar a boa e fiel execução do contrato.



**9.2** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na proposta de preços, desprezadas previsões que extrapolem este edital.

**9.3** Emitir ordem de serviço após assinatura do contrato.

**9.4** Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do **SAAEC** aquelas assim previstas no instrumento do contrato e no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES**

**10.1** O não cumprimento das cláusulas deste instrumento e, ainda, a prática de qualquer transgressão contratual pela **CONTRATADA** a sujeitará às seguintes sanções:

- a) - Advertência por escrito;
- b) - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do serviço, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- c) - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- d) - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos “b” e “c” deste artigo;
- e) - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- f) - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- g) – A não entrega injustificada dos produtos poderá acarretar, além da multa acima prevista, a rescisão unilateral do contrato e a suspensão temporária da **CONTRATADA** de participação em licitações e impedimento de contratar com o **SAAEC** por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- h) - As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- i) - A multa e os prejuízos verificados com a não entrega dos produtos, prevista no item **10.1**, poderão ser descontados das faturas a serem pagas à **CONTRATADA**.
- j) - O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a **CONTRATADA** às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87, da Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações.

**10.2** O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido direito prévio de defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3** Na forma do Termo de Referência – Anexo 07:

- a) O inadimplemento da **CONTRATADA** perante qualquer estabelecimento da rede credenciada poderá ensejar a suspensão temporária da **CONTRATADA** por até 02 (dois) anos (art. 87, III, Lei nº 8.666/1993) e a rescisão contratual.
- b) O não saneamento das ocorrências/falhas/dificuldades notificadas dentro do prazo ou a reiteração no cometimento, considerada a essencialidade do objeto contratado para o cumprimento da legislação municipal e para a saúde e alimentação do servidor/beneficiário, ensejará a aplicação das penalidades de multa e suspensão temporária da **CONTRATADA** por até 02 (dois) anos (art. 87, II e III, Lei nº 8.666/1993), sendo causa de rescisão contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

**11.1** O SAAEC poderá rescindir o instrumento contratual nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.

**11.2** Também poderá ser rescindido o contrato em razão da não observância ou violação pela Contratada de qualquer disposição prevista na Lei nº. 8.666/1993, devendo ressarcir ao SAAEC eventuais prejuízos, diretos ou indiretos, decorrentes da rescisão.

**11.3** A CONTRATADA se sujeita ao artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e à Lei Federal nº 12.846/2013.

**11.4** Ocorrendo rescisão contratual, a CONTRATADA deverá apresentar lista discriminada por servidor/beneficiário e respectivo saldo positivo no cartão alimentação e proceder à devolução dos valores ao SAAEC/CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena das medidas judiciais cabíveis, inclusive crime de apropriação indébita.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

**12.1** Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento contratual a terceiros, sendo admitida a sua fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do contrato não seja prejudicada.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TOLERÂNCIA

**13.1** Se qualquer das partes, em benefício da outra, mesmo por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições do presente contrato, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

**14.1** A CONTRATADA tem pleno conhecimento de todos os itens constantes do **Edital Pregão Presencial nº 010/2022**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

**14.2** Ficam fazendo parte integrante deste contrato o edital do Pregão Presencial nº 010/2022 e seus anexos, a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA e a(s) Ata(s) da Sessão(ões) do Pregão.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

**15.1** Fica eleito o foro desta comarca de Cerquillo - SP, com expressa renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, ficando a parte vencida sujeita ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios que forem arbitrados.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, aplicando-se a este contrato os dispositivos da legislação em vigor.



# SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO

Rua Augusto Dorighello, 320 – Cerquillo/SP – 18.526-032 – Fone/Fax: (15) 3384-8200



Cerquillo, \_\_\_\_ de agosto de 2022.


Contratada

Contratante

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome  
RG

\_\_\_\_\_  
Nome  
RG

  
*Márcio Roberto Guicillo*  
Superintendente do Sade

**ANEXO 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 - PROCESSO Nº 014/2022**

Ao

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO

Rua Augusto Dorighello, 320

Ref: - PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2022

**1.1** Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão alimentação, na forma de cartões eletrônicos, preferencialmente com chip de segurança, destinados aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquillo - SAAEC, para uso em estabelecimentos credenciados, como meio de pagamento de alimentação, conforme Lei Municipal nº 2.946/2010, aplicando-se subsidiariamente, no que não conflitar com o regime estatutário e natureza de autarquia municipal da Contratante, as normas gerais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Decreto Federal nº 10.854/2021), obedecidas as disposições deste Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência – Anexo 07.

Declaro, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação desta empresa no presente certame e apresentação de proposta, bem como que tenho conhecimento da obrigação de declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo à habilitação, nos termos do artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração para que produza os efeitos de direito.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo, nome e assinatura do representante legal



*Márcio Roberto Guicillo*  
Supervisor do SAAEC



**ANEXO 03 – MODELO DE CREDENCIAMENTO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 - PROCESSO Nº 014/2022**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro  
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha  
Rua Augusto Dorighello, nº 320 – Jardim Esplanada – Cerquilha/SP  
**Ref. Pregão Presencial nº 010/2022**


Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, a participar da licitação instaurada pelo SAAE de Cerquilha, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº. 001/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica regularmente inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, bem como formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa  
(**firma reconhecida**)

\_\_\_\_\_  
Nome do dirigente da empresa

**Obs.:** Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



**Márcio Roberto Guicchio**  
Superintendente do SAAE

**ANEXO 4**  
**(quando for o caso)**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 - PROCESSO Nº 014/2022**

DECLARAÇÃO PARA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MEI, ou ME, ou EPP, ou COOPERATIVA QUE TENHA AUFERIDO NO ANO-CALENDÁRIO ANTERIOR RECEITA BRUTA INFERIOR A R\$ 4.800.000,00 (a ser preenchida conforme o enquadramento da licitante).

DECLARO, sob pena de infringência ao artigo 229 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais, da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente e do afastamento da licitação durante seu trâmite, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_, se enquadra na condição de Microempreendedor Individual – MEI, ou Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, ou Sociedade Cooperativa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (colocar o enquadramento da licitante), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 (e, no caso de cooperativa, também do artigo 34 da Lei nº 11.488/2007), estando apta a exercer o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, bem como os benefícios previstos na legislação em referência.

Declaro, ainda, que inexistem fatos supervenientes que possam conduzir ao desenquadramento, conforme artigo 3º, §1º, do Decreto Municipal nº 3.174/2017.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da licitante



*Márcio Roberto Guicillo*  
Supervisor do Sade

**ANEXO 05 – MODELO DA PROPOSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 – PROCESSO Nº 014/2022**

Pregão Presencial n.º 010/2022 – Processo n.º. 014/2022 - instrumento para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão alimentação, na forma de cartões eletrônicos, preferencialmente com chip de segurança, destinados aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilha - SAAEC, para uso em estabelecimentos credenciados, como meio de pagamento de alimentação, conforme Lei Municipal nº 2.946/2010 e condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que não conflitar com o regime estatutário e natureza de autarquia municipal da Contratante, as normas gerais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Decreto Federal nº 10.854/2021), obedecidas as disposições do Edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência – Anexo 07.

PLANILHA DE PREÇOS			
Preço Estimado Total 12 (doze) MESES, sem taxa de administração.	R\$ 624.000,00		(1)
Taxa de Administração (*) (3) = (1) x (2)	(%)	(2)	(3)
Preço estimado total 12 (doze) meses com taxa de administração (4) = (1) + (3)			(4)

(\*) Não será permitida a apresentação de oferta de taxa negativa.

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_ (mínimo de 60 dias), contados da data da sessão do PREGÃO PRESENCIAL.

**DECLARO** que a proposta apresentada atende todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo 07 do Edital.

**DECLARO** que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, inclusive os custos operacionais da prestação do serviço custos operacionais da atividade (ex.: emissão de cartões, credenciamento de estabelecimentos, sistema de autogestão, aplicativo para os beneficiários, reemissão de cartões sem qualquer custo independentemente do motivo).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_



**Marcio Roberto Guicillo**  
Supervisor do SAAEC

**ANEXO 06 – DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO  
TRABALHO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2022 – PROCESSO Nº 014/2022**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Presencial nº 010/2022, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquillo, DECLARO, sob as penas da Lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6544, de 22 de novembro de 1989, a \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

RG do representante legal: \_\_\_\_\_



Marcio Roberto Guic...  
Secretário Municipal do Meio Ambiente



**ANEXO 7 - TERMO DE REFERÊNCIA****1) OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e administração de cartão alimentação, na forma de cartões eletrônicos, preferencialmente com chip de segurança, destinados aos servidores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquillo - SAAEC, para uso em estabelecimentos credenciados, como meio de pagamento de alimentação, conforme Lei Municipal nº 2.946/2010 e condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que não conflitar com o regime estatutário e natureza de autarquia municipal da Contratante, as normas gerais do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (Decreto Federal nº 10.854/2021).

1.2 Estimativas referenciais para a elaboração das propostas de preço das licitantes:

DESCRIÇÃO	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA (Taxa de Administração Máxima Aceitável)	VALOR UNITÁRIO POR BENEFICIÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DOS BENEFÍCIOS (somado a taxa de administração máxima aceitável 0%)
CARTÃO ALIMENTAÇÃO	130	0%	R\$ 400,00	R\$ 624.000,00

1.3 A estimativa acima (salvo o percentual de incidência que será fixo e irrevogável) poderá sofrer alteração durante a execução contratual em decorrência da admissão, exoneração, demissão e morte de servidores públicos.

1.4 **Não serão aceitas propostas com taxa de administração negativa (abaixo de 0%,)**, em conformidade com o artigo 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.946/2010, combinado com o artigo 175 do Decreto Federal nº 10.854/2021, bem como respeitado o último entendimento manifestado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no TC-009245.989.22-3, em sessão do Tribunal Pleno realizada em 06/04/2022.

1.4.1 Todas as despesas decorrentes da operação deverão estar contempladas no percentual de incidência estabelecido no contrato.

1.4.2 Como a taxa de administração máxima aceitável é de 0%, com base nos orçamentos e pesquisa de mercado realizada, e como não serão aceitas propostas com taxa de administração negativa (abaixo de 0%), esta Administração não descarta a possibilidade de o resultado do certame ser definido por sorteio.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Por Preço Unitário.

## 2) JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atendimento à Lei Municipal n.º 2.946, de 24/03/2010, alterada pela Lei Municipal n.º 3.093 de 08/10/2013, que autoriza a concessão de cesta básica ou cartão alimentação aos servidores públicos municipais, e Decreto Municipal n.º 3.560, de 15 de junho de 2022, que fixa o valor mensal do benefício em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

## 3) REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A CONTRATADA deverá atender integralmente a legislação municipal, especialmente no tocante à regulamentação do cartão alimentação aos servidores públicos do município de Cerquillo, e, subsidiariamente, naquilo que não conflitar com o regime estatutário e com a natureza de autarquia municipal da CONTRATANTE, atender ao disposto na legislação que dispõe sobre a regulamentação do PAT, de que trata o Decreto Federal n.º 10.854/2021 e atualizações.

3.2 O pagamento de gêneros alimentícios deverá ser operacionalizado por meio de arranjo de pagamento, na forma estabelecida nos termos do disposto no *caput* e inciso I do art. 6º da Lei n.º 12.865/2013, devendo os pagamentos serem operacionalizados por meio de cartões eletrônicos (preferencialmente com *chip* de segurança), com liberação automática *online* ou *offline*, em sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de sua digitação em equipamento de débito pelo usuário no ato da compra nos estabelecimentos credenciados.

3.2.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar aos servidores autárquicos a fruição do benefício cartão alimentação por meio de recursos alternativos ao cartão eletrônico, a exemplo de aplicação *mobile* (aplicativo), ferramenta *online* ou outro mecanismo que facilite a administração do benefício pelo usuário do cartão (ex.: consulta de saldo, extrato de utilização, consulta da rede credenciada), obrigando-se a cuidar de aspectos de proteção de dados e segurança da informação dos beneficiários e da CONTRATANTE.

3.3 Manutenção de rede credenciada de estabelecimentos que atenda às exigências do PAT e que aceitem, como meio de pagamento, os cartões na forma de vale alimentação contratados, cumprindo durante toda a vigência contratual, especialmente, o quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados exigidos pelo SAAEC.

3.3.1 A CONTRATADA poderá realizar convênio com empresas de aplicativos de entrega (delivery), tais como: Ifood, AiqFome, Rappi, Daki ou James Delivery e similares, de modo a facilitar e trazer agilidade/comodidade à aquisição da alimentação.

3.4 Disponibilizar canais de atendimento telefônico e eletrônico na modalidade 24 (vinte quatro) horas à CONTRATANTE e aos beneficiários, para possibilitar consultas de saldo/extrato, troca de senha, desbloqueio/bloqueio do cartão, solicitação 2ª via de cartão, solução de problemas relacionados à utilização do benefício/cartão, informações sobre a rede credenciada etc., onde a identificação do beneficiário deverá ser efetuada mediante fornecimento do número do cartão (ou CPF) e senha, sem a necessidade de informar quaisquer dados relativos ao CONTRATANTE/SAAEC.

3.5 Disponibilizar à CONTRATANTE sistema eletrônico, na modalidade 24 (vinte quatro) horas, que possibilite autogestão dos serviços contratados (ex.: administração da quantidade de servidores/beneficiários, relação dos servidores habilitados, administração do valor do benefício, acesso às notas fiscais e boletos de pagamento, controle de valor e saldo contratual, geração de relatórios diversos, realização de bloqueio de cartão alimentação, realização de pedido de cartão especialmente para novos servidores, dentre outras utilidades que facilitem a gestão contratual).

3.6 Indicar **preposto** da CONTRATADA que ficará responsável pela execução contratual e atuará como seu representante, mediante fornecimento de *e-mail* e telefone para contato direto pelo SAAEC, sem necessidade de acesso a central de atendimento, abertura de chamado ou qualquer procedimento prévio ao contato, o qual deverá prestar todo o suporte necessário à perfeita execução contratual.

3.7 Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões (inclusive segunda via na hipótese de perda, furto, roubo ou danos ao cartão) ou quaisquer outras despesas relacionadas à execução dos serviços contratados deverão estar contempladas no valor da taxa de administração ofertada e não deverão gerar quaisquer ônus ao SAAEC ou aos beneficiários.

#### 4) **PRAZOS E RECARGAS DOS CARTÕES**



4.1 O primeiro creditamento do benefício alimentação pela CONTRATADA ocorrerá no dia 30/09/2022.

4.2 Caberá à CONTRATADA, desde o início da vigência contratual, a observação dos seguintes prazos:

4.2.1 **Primeira emissão e entrega de cartões:** será feita no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

4.2.2 **Emissões subsequentes/Segunda via dos cartões em casos de perda, furto, roubo, dano ou desgaste natural:** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da solicitação, com a devida transferência do saldo remanescente de eventual benefício para o novo cartão, se o caso.

4.2.3 **Disponibilização do crédito para utilização:** até o último dia útil do mês, ou conforme necessidade do SAAEC a ser informada com 03 (três) dias úteis de antecedência.

4.2.4 **Manutenção dos créditos já disponibilizados, na hipótese de o usuário deixar de integrar o sistema de cartão ou ter suspensa sua participação por qualquer motivo:** período mínimo de 90 (noventa) dias corridos da data da última disponibilização.

4.2.5 **Manutenção do atendimento ao SAAEC e aos usuários, incluindo eventuais substituições de cartões, na hipótese de rescisão antecipada ou término do prazo contratual:** período mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do evento.

4.3 A validade dos créditos do cartão alimentação não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data do seu creditamento, sendo que a não utilização do valor pelo servidor/beneficiário no prazo de validade do crédito poderá ensejar a devolução da importância ao SAAEC ou ser mantido para uso pelo servidor/beneficiário por nova validade, a critério do CONTRATANTE, mas em hipótese nenhuma o crédito não utilizado reverterá em benefício da CONTRATADA.

4.3.1 O servidor/beneficiário que não fizer uso do crédito no prazo de validade acima ficará sujeito ao bloqueio do cartão, que será realizado pelo SAAEC e a seu exclusivo critério, podendo ser autorizado pelo SAAEC novo prazo de validade para uso do saldo pelo servidor/beneficiário com desbloqueio do cartão (realizado pelo SAAEC), ou, determinado que o saldo seja devolvido pela CONTRATADA ao SAAEC.

#### 4.4 Das quantidades e valor do benefício:

4.4.1 A quantidade de cartões alimentação é de 130 (cento e trinta), referente ao número de beneficiários ativos, podendo o número sofrer alteração para mais ou para menos de acordo com a movimentação de servidores/beneficiários nos quadros da CONTRATANTE.

4.4.2 O valor do benefício mensal individual será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por servidor/beneficiário, podendo referido valor sofrer alteração em decorrência da superveniência de legislação municipal posterior à assinatura do contrato.





4.5 Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das despesas.

4.6 As informações cadastrais dos servidores do SAAEC (nome e CPF) serão fornecidas à CONTRATADA pelo Departamento de Pessoal do SAAEC, até a data da assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA proceder ao primeiro cadastramento para emissão dos cartões alimentação, sendo que as atualizações posteriores dos beneficiários será responsabilidade do Departamento de Pessoal do SAAEC mediante utilização de sistema de autogestão online disponibilizado pela CONTRATADA.

4.6.1 Os cartões alimentação emitidos deverão ser acondicionados e encaminhados em envelopes lacrados, de forma individual por cartão e servidor/beneficiário, acompanhado de código/senha de uso pessoal e intransferível, de modo indevassável, contendo orientações quanto a necessidade de desbloqueio e, se o caso, respectivo procedimento.

4.6.2 Os cartões alimentação solicitados pelo SAAEC via sistema *online* deverão ser emitidos e entregues no SAAEC no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer cobrança adicional.

4.7 Os cartões deverão conter, preferencialmente, os seguintes dados:

- Denominação do SAAEC;
- Nome por extenso do servidor;
- Indicação do número do cartão;
- Nome, CNPJ, endereço da Contratada e indicação dos canais de atendimento 24 (vinte e quatro) horas;
- Dispositivo de segurança e controle que impeçam a sua falsificação.

4.7.1 Eventual irregularidade na emissão dos cartões, na entrega ou no funcionamento ensejará a obrigação de substituição pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação/comunicação do CONTRATANTE/SAAEC.

4.8 A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos cartões em envelopes lacrados e individualizados por beneficiário diretamente no Departamento de Pessoal do SAAEC, ficando este último responsável pela distribuição e entrega dos cartões alimentação aos seus servidores/beneficiários.

4.9 O cartão alimentação terá preferencialmente tecnologia de segurança através de chip, compatível com terminais de pagamentos dos tipos TEF e POS e proteção por senha numérica pessoal, no momento da compra, de forma a garantir a privacidade e a segurança na sua utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

4.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao Departamento de Pessoal do SAAEC sistema de autogestão com layout de fácil acesso e seguro (login e senha), visando interação entre o CONTRATANTE/SAAEC e a CONTRATADA, contendo, dentre outros, os serviços interligados do item 3.5 e os abaixo relacionados:

4.10.1 Alteração cadastral e de senha, consulta de extratos e de saldo contratual;

4.10.2 Pedidos mensais através de importação de arquivo .xls ou remessa;

4.10.3 Inclusão, exclusão e consulta de beneficiários e seus dados;

4.10.4 Solicitação de cartões, solicitação de reemissão de cartões, solicitação de créditos individuais, solicitação de estorno de créditos;

4.10.5 Emissão de relatório das movimentações efetuadas, emissão de histórico de compras e pedidos e outras informações necessárias para a gestão correta e eficiente dos serviços.

4.10 O SAAEC disponibilizará à empresa contratada, por meio eletrônico ou similar, as quantidades dos cartões com os valores totais mensais correspondentes, com antecedência de até 05 (cinco) dias da recarga dos créditos.

4.11 Os créditos inseridos nos cartões, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores municipais em hipótese alguma sejam prejudicados.

4.11.1 Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de 90 (noventa) dias, para que o beneficiário possa utilizá-los.

4.11.2 Transcorrido este prazo, eventual saldo remanescente será devolvido, mediante crédito em conta corrente, no período de 90 (noventa) dias, ao SAAEC, juntamente com relatório descritivo com o saldo de cada servidor.

4.12 Os valores indevidamente creditados nos cartões de alimentação por erro ou culpa da CONTRATADA ou em razão de falha no sistema de autogestão, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer indenização ou pagamento por parte do SAAEC ou do servidor/beneficiário, sendo que, caso constatada a irregularidade após pagamento da nota fiscal, os valores indevidos serão devolvidos para o SAAEC no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação.

4.12.1 Na hipótese de erro ou culpa do SAAEC, se não for possível a realização de estorno do crédito pela CONTRATADA por já ter sido utilizado pelo beneficiário, o SAAEC tomará as medidas cabíveis para ressarcimento junto ao beneficiário do valor indevido, sem prejuízo para a CONTRATADA.

## 5) REDE DE ESTABELECIMENTOS CONVENIADOS/CREDENCIADOS

5.1 A Contratada deverá manter rede de estabelecimentos credenciados e ativos, durante toda a vigência contratual, para a aceitação do Cartão Alimentação, localidades e quantidades mínimas abaixo discriminadas.

5.2 A Contratada se compromete a cadastrar o mínimo de estabelecimentos comerciais, da seguinte forma:

5.2.1 No Município de Cerquillo/SP: 20 (vinte) estabelecimentos, dos quais 03 (três) serão, necessariamente, supermercados, e os demais poderão ser hipermercados, mercados, mercearias, açougues, frutarias, sacolões, peixarias, padarias e similares.

5.2.2 Nas cidades próximas ao Município de Cerquillo (Tatuí/SP; Boituva/SP; Tietê/SP, Saltinho/SP, Cesário Lange/SP, Sorocaba/SP e Piracicaba/SP): pelo menos 01 (um) estabelecimento do tipo supermercado ou hipermercado em cada uma delas, visando facilitar o uso dos cartões para os servidores que residem nessas cidades.

5.2.3 Ocorrendo a necessidade de ampliação das cidades de atendimento, seja em razão da admissão de novos servidores, ou em razão da alteração da cidade de residência de qualquer servidor/beneficiário, deverá a CONTRATADA proceder ao credenciamento de, pelo menos, 01 (um) estabelecimento do tipo supermercado ou hipermercado na nova localidade no prazo de 10 (dez) dias.

5.2.4 Entende-se por supermercado os estabelecimentos que comercializem, dentro da mesma loja, gêneros alimentícios, artigos de higiene, limpeza, beleza, frios, carnes, pães, hortifruti e congelados.

5.2.5 Entende-se por hipermercado os estabelecimentos que comercializem os itens descritos para supermercado, bem como roupas, eletrônicos, eletrodomésticos e informática.

5.2.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar no aplicativo (ferramenta online) e no sistema de autogestão a rede credenciada, **sempre atualizada**, para consulta dos servidores/beneficiários e da CONTRATANTE, bem como notificar imediatamente a CONTRATANTE os casos de suspensão, interrupção, desc credenciamento e substituição dos estabelecimentos credenciados, de forma a prevenir e evitar qualquer forma de constrangimento aos beneficiários/servidores.

5.3 A CONTRATADA deverá providenciar a integração do seu sistema/tecnologia com o sistema de frente de caixa dos estabelecimentos conveniados, para que o pagamento possa ser feito diretamente no caixa, de forma automática, sem que o usuário do cartão tenha que se deslocar até outro local para efetuar o pagamento de suas compras.

5.3.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o correto funcionamento do sistema

de pagamento, mediante uso de tecnologia moderna e suficiente à inteira observância do objeto contratual, sem instabilidades técnicas.

5.4 A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento dos estabelecimentos credenciados, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento em nenhuma hipótese.

5.4.1 Considerando o risco de constrangimento aos beneficiários/servidores que em hipótese nenhuma poderão ser surpreendidos no caixa do estabelecimento credenciado com a não aceitação do cartão alimentação da CONTRATADA, o inadimplemento da CONTRATADA perante qualquer estabelecimento da rede credenciada poderá ensejar a suspensão temporária da CONTRATADA e a rescisão contratual.

5.5 A comunicação feita por qualquer servidor/beneficiário de instabilidade do aplicativo (ferramenta *online*), de instabilidade ou impossibilidade de uso do cartão alimentação em qualquer estabelecimento constante da lista da rede de estabelecimentos fornecida pela CONTRATADA, de atraso no crédito do benefício, ou de qualquer ocorrência que impossibilite ou dificulte, ainda que temporariamente, o uso do benefício alimentação ou o uso das ferramentas/funcionalidades à disposição dos beneficiários, ensejará a notificação da CONTRATADA, por intermédio do representante-preposto indicado, para justificar a falha e sanar a ocorrência no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6 O gestor do contrato também notificará a CONTRATADA na impossibilidade, instabilidade ou qualquer falha ou dificuldade no uso do sistema de autogestão, bem como diante da imperfeição dos serviços prestados, dos lançamentos, das faturas/notas/boletos, dentre outras ocorrências constatadas durante a execução do contrato, para que, da mesma forma que o item anterior, a CONTRATADA justifique a falha e sane a ocorrência no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das sanções contratuais.

5.7 O não saneamento das ocorrências/falhas/dificuldades notificadas dentro do prazo ou a reiteração no cometimento, considerada a essencialidade do objeto contratado para o cumprimento da legislação municipal e para a saúde e alimentação do servidor/beneficiário, ensejará a aplicação das penalidades de multa e suspensão temporária da CONTRATADA, sendo causa de rescisão contratual.

5.8 Ocorrendo rescisão contratual, a CONTRATADA deverá apresentar lista discriminada por servidor/beneficiário e respectivo saldo positivo no cartão alimentação e proceder à devolução dos valores ao SAAEC/CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena das medidas judiciais cabíveis, inclusive crime de apropriação indébita.





## 6) IMPLANTAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

6.1 A CONTRATADA deverá implantar a rede credenciada e os sistemas para uso dos cartões alimentação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da data da assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo abaixo:

Atividades	Dias (termo inicial da contagem: data da assinatura do contrato)			
	5	10	20	30
Cadastramento dos servidores/beneficiários	05 dias			
Confecção e fornecimento dos cartões individuais	10 dias			
Credenciamento de, pelo menos, 01 (um) estabelecimento do tipo supermercado no município de Cerquilha e fornecimento dos dados cadastrais do(s) estabelecimento(s) ao Contratante	10 dias			
Implantação do sistema de autogestão	20 dias			
Treinamento do para uso do sistema de autogestão	20 dias			
Liberação de uso da ferramenta <i>online</i> , <i>mobile</i> ou aplicativo	20 dias			
Credenciamento dos estabelecimentos necessários para atendimento à totalidade da rede credenciada (20 estabelecimentos em Cerquilha, sendo mínimo 03 supermercados; 01 estabelecimento supermercado/hipermercado em cada cidade de residência de servidor/beneficiário)	30 dias			
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de estabelecimentos credenciados	30 dias			

Assinatura do contrato

6.2 As listas de estabelecimentos credenciados deverão ser enviadas nos e-mails [folha@saaec.com.br](mailto:folha@saaec.com.br) e [compras@saaec.com.br](mailto:compras@saaec.com.br), nos prazos acima e sempre que sofrer qualquer atualização de forma imediata.

6.2.1 Na relação dos estabelecimentos credenciados deverá constar: razão social, nome fantasia, quando for o caso, natureza dos serviços prestados, CNPJ e endereço.

6.3 Treinamento do sistema de autogestão:

6.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para o CONTRATANTE, treinamento para o gestor do contrato e outros servidores envolvidos na utilização do sistema de autogestão, incluindo:



- Operações de cadastramento, parametrização dos cartões e limite de crédito;
- Detalhamento dos procedimentos para utilização do *software* de gestão e emissão de relatórios;
- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para resolvê-las;
- Aplicação prática do sistema;
- Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

6.3.2 O treinamento poderá ocorrer presencialmente na sede da CONTRATANTE ou de forma não presencial, por tecnologia remota/*online*, a ser indicada pela CONTRATADA (sem ônus para a Contratante), com transmissão em tempo real e possibilitando a solução de dúvidas.

6.3.3 O treinamento será individualizado ou em grupo, conforme conveniência da CONTRATANTE, sendo a quantidade de horas de cada treinamento estabelecida pela CONTRATADA levando em consideração a complexidade do sistema e a quantidade de informações a serem prestadas para a correta utilização.

6.3.4 Todos os materiais e equipamentos necessários para a realização do treinamento serão de inteira responsabilidade da Contratada.

6.3.5 A realização do treinamento não afasta a responsabilidade da CONTRATADA de sanar quaisquer dúvidas ou corrigir quaisquer imperfeições no sistema de autogestão durante toda a execução contratual.

## **7) ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS**

7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar serviços de atendimento telefônico ao cliente (SAC), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07(sete) dias por semana, destinado a dúvidas, reclamações, bloqueio e desbloqueio de cartões e consulta de saldo;

7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar aplicativo mobile para smartphone compatível com os sistemas operacionais Android e IOS e/ou sítio na internet, em que, por meio de acesso a ambiente seguro (login e senha), os beneficiários dos cartões possam ter acesso, no mínimo, às seguintes funcionalidades:

7.2.1 Consulta de saldo e extrato;

7.2.2 Bloqueio de cartões em caso de perda, furto ou roubo;

7.2.3 Alteração de senha;


7.2.4 Consulta à rede credenciada próxima do usuário ou por localidade.

7.3 A CONTRATADA deverá zelar pelos dados pessoais dos servidores/beneficiários, sendo proibida qualquer forma de tratamento não contemplada na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, estando terminantemente vedado o compartilhamento e comércio desses dados pessoais e devendo estar alinhada com boas práticas e políticas de privacidade e segurança da informação.

## 8) **NATUREZA DOS SERVIÇOS**

8.1 Os serviços, objeto deste edital, classificam-se como continuados, devendo ser estendidos além de um exercício financeiro, tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer o cumprimento de obrigações legais do SAAEC, bem como decorrentes de Decretos vigentes do órgão.

Cerquilha, 09 de setembro de 2022.



Márcio Roberto Guicilo  
Supervisor Geral de Esgoto

**ATO Nº 011/2022**

(Regulamenta a autoridade competente para aplicação de sanções decorrente de ilegalidade praticada em licitações e contratos administrativos no âmbito do SAAEC).

**O SUPERINTENDENTE** do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquillo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 883/1979, especialmente artigo 3º, na forma do artigo 3º, incisos II, IV, V, VI, XXVI e XXVII, e artigo 4º, do Decreto Municipal nº 366/1980, e com fundamento nos artigos 87 e 109 da Lei Federal nº. 8.666/1993 e artigos 156, 166, 167 e 168, da Lei Federal nº 14.133/2021, **RESOLVE:**

**Artigo 1º.** O presente Ato tem como finalidade definir a competência dos servidores e autoridades do SAAEC no tocante a condução do procedimento administrativo e aplicação de sanções às licitantes e contratadas.

**Artigo 2º.** O procedimento para apuração de irregularidades cometidas por licitantes durante a licitação e até antes da assinatura do contrato (ou documento equivalente) será iniciado e conduzido, conforme o caso, pela Comissão de Licitação ou Pregoeiro.

**Artigo 3º.** O procedimento para apuração de irregularidades cometidas por contratadas durante a execução contratual, ou seja, a partir da data da assinatura do contrato e, nas hipóteses legais que o instrumento é dispensado, da data do instrumento equivalente, será iniciado e conduzido pelo gestor do contrato.

**Parágrafo único.** O gestor do contrato será nomeado por ofício da Superintendência de Saneamento Básico do SAAEC e, na ausência de nomeação expressa, considera-se gestor do contrato o servidor público ou autoridade administrativa requisitante do material, da prestação do serviço ou da execução da obra.

**Artigo 4º.** A Comissão de Licitação, o Pregoeiro ou o gestor do contrato deverá, conforme o caso, notificar a licitante ou contratada, informando especificamente as irregularidades cometidas, o enquadramento ao edital e ao contrato (ou instrumento equivalente), bem como as penalidades que está sujeita e a hipótese de rescisão do contrato, concedendo prazo legal para defesa.

**§1º** - Transcorrido o prazo para defesa da licitante ou contratada, a Comissão de Licitação, o Pregoeiro ou o gestor do contrato, conforme o caso, deverá elaborar relatório conclusivo que avalie o cometimento das irregularidades, as razões de defesa se apresentada, os

prejuízos causados ou suportados pelo SAAEC ou terceiros, opinando, ao final, de forma fundamentada, pelo acolhimento ou não da defesa, pela rescisão unilateral ou não do contrato, bem como pela aplicação ou não de penalidades, devendo indicar a penalidade que recomenda e o enquadramento contratual.

§2º - Após elaboração do relatório conclusivo, o procedimento deverá ser encaminhado para a autoridade competente para decisão e aplicação de penalidade.

**Artigo 5º.** Compete ao Chefe de Administração Geral do SAAEC a análise e decisão dos procedimentos, inclusive no tocante à rescisão contratual, que possam culminar na aplicação das seguintes penalidades: advertência, multa e suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração.

**Parágrafo único.** A decisão do Chefe de Administração Geral do SAAEC estará sujeita a recurso, na forma e prazos legais, dirigido ao próprio Chefe de Administração Geral do SAAEC, o qual exercerá juízo de retratação e, mantida a decisão, encaminhará o processo ao Superintendente de Saneamento Básico do SAAEC para análise e decisão final.

**Artigo 6º.** Compete ao Superintendente de Saneamento Básico do SAAEC a análise e decisão dos procedimentos, inclusive no tocante à cumulação de rescisão contratual, que possam culminar na aplicação da penalidade consistente em declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**Parágrafo único.** A decisão do Superintendente do SAAEC não está sujeita a recurso, mas está sujeita a pedido de reconsideração conforme prazos e condições previstos na legislação em vigor.

**Artigo 7º.** A rescisão amigável só terá aplicação quando demonstrada fundamentadamente a conveniência para o SAAEC e desde que não haja descumprimento contratual por parte da contratada (inexecução parcial ou total do contrato).

**Artigo 8º.** Para decisão, o Superintendente de Saneamento Básico do SAAEC e o Chefe de Administração Geral do SAAEC poderão solicitar a elaboração de parecer jurídico pela Procuradoria Jurídica do SAAEC no tocante à legalidade do procedimento.

**Artigo 9º.** O presente Ato entra em vigor nesta data e será publicado no Diário Oficial do Município de Cerquillo.

Cerquillo, 07 de Março de 2022.



**Márcio Roberto Gaiotto**  
**Superintendente do SAAEC**

